



REVISTA DE **CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS**

O LUGAR DE NELSON WERNECK SODRÉ NO DEBATE DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Ricardo Ramos Shiota¹

RESUMO: O artigo objetiva demonstrar a produtividade literária e cultural do livro *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, apresentando os contextos intelectuais ligados a essa historiografia. Sugere-se que, ao desenterrar a categoria revolução brasileira, o escritor inovou ao desestabilizar as estruturas discursivas e semânticas vigentes no discurso político e no idioma do Partido Comunista Brasileiro em torno da revolução, provocando, com isso, um conjunto de reações, de reapropriações e de críticas.

PALAVRAS-CHAVE: Nelson Werneck Sodré; Revolução Brasileira; Produtividade literária e cultural.

NELSON WERNECK SODRE'S PLACE IN THE BRAZILIAN REVOLUTION DISCUSSION

ABSTRACT: The purpose of this article is to describe the literary and cultural productivity derived from the work *Introdução à revolução brasileira* by Nelson Werneck Sodré, emphasizing the intellectual context connected to this historiography. It is suggested that, by unearthing the category of Brazilian Revolution, the writer innovated by destabilizing the discursive and semantic structures prevalent in the political discourse and in the Brazilian Communist Party language about revolution at the time, which in turn brought about a chain of reactions, reappropriations and criticisms.

KEYWORDS: Nelson Werneck Sodré; Brazilian Revolution; Literary and cultural productivity.

¹ Possui doutorado em Sociologia pela Unicamp e pós-doutorado em sociologia política pela UENF. Professor celetista na UEMS (Paranaíba).

EL LUGAR DE NELSON WERNECK SODRÉ EN EL DEBATE DE LA REVOLUCIÓN BRASILEÑA

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo demostrar la productividad literaria y cultural del libro *Introdução à revolução brasileira* de Nelson Werneck Sodré, presentando los contextos intelectuales vinculados a esta historiografía. Se sugiere que, al desenterrar la categoría de revolución brasileña, el escritor innovó desestabilizando las estructuras discursivas y semánticas vigentes en el discurso y lenguaje político del Partido Comunista Brasileño en torno a la revolución, provocando así un conjunto de reacciones, reapropiaciones y críticas.

PALAVRAS-CLAVE: Nelson Werneck Sodré; Revolución brasileña; Productividad literaria y cultural.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho retoma uma discussão que atravessa o Brasil republicano até o Golpe de 1964 e traz informações sobre uma lógica teórica que foi derrotada na luta política. Um modo de escrever a história muito peculiar, preocupado com a totalidade ou com grandes recortes temporais e, sobretudo, interessado em fazer a história brasileira do futuro que se descortinava com o olhar atento para o passado e para aquele presente. Trata-se do debate que deu origem a uma historiografia em torno da categoria revolução brasileira, como era designado o processo de transformação capitalista ou de revolução burguesa.

A problemática dessa palavra-chave do vocabulário político diz respeito aos traços distintivos das “mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais havidas no Brasil no curso da industrialização e ascensão da burguesia industrial” (IANNI, 1989, p. 7). Cinge, fundamentalmente, as relações entre o poder político e o desenvolvimento econômico, as transformações culturais e sociais impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista. A categoria revolução brasileira,

[...] foi uma das questões mais discutidas na década de 1930 a 1960. Quase todos os intelectuais, direta e indiretamente, se confrontaram com ela [...] tanto na universidade, quanto em outras instituições – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi objeto de intensas controvérsias quando utilizado como

categoria analítica e ainda mais quando transformado em projeto político (SEGATTO, 2008, p. 219).

Embora tenha sido usada por diferentes atores sociais, em contextos diversos, somente na década de 1930 a categoria revolução adquire aportes teóricos na elaboração de intelectuais, que recusaram a identificá-la com o sentido vigente na linguagem política de movimento armado, insurreição, golpe de Estado promovido pelas forças armadas (SHIOTA, 2018). Sérgio Buarque de Holanda foi, ao lado de Gilberto Freyre (SHIOTA, 2017a) e Caio Prado Júnior (1957), um dos primeiros intelectuais brasileiros a recusar essa semântica. Desde a primeira edição de *Raízes do Brasil*, pensa a revolução não como um evento, mas como um processo histórico de média e longa duração:

Se a revolução que, através de todo o Império não cessou de subverter as bases em que assentara nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível, porém que já foi transposta a sua phase aguda [sic.] (HOLANDA, 1936, p. 137).

Holanda cita o sociólogo de origem alemã Theodor Geiger para corroborar a própria concepção, que considera inexato o emprego do termo revolução para se referir à tomada do poder de Estado por militares sul-americanos. Em vez de um evento, revolução é conceituada como “processo geral” de transformação de territórios coloniais em sociedades modernas (HOLANDA, 1936). No Brasil, esse processo é descrito como lento e concertado, cujos episódios importantes seriam a transferência da família real portuguesa, a Independência, a Abolição e a República. No entanto, essa revolução não devia ser confundida com as agitações do período republicano, com “algumas convulsões de superfície” ou “revoluções palacianas” (HOLANDA, 1936, p. 171), pois, ela resultaria do processo de urbanização e industrialização em curso naquela atualidade.

Nessa formulação há uma notória descontinuidade em relação ao modo pelo qual a categoria revolução era concebida pelos atores sociais e pelos intelectuais que publicaram livros sobre o tema. Ruptura reveladora de um “processo de transição de uma análise fundada em pontos de vista sobre o social, para uma análise sistemática sobre a sociedade” (BASTOS, 1995, p. 65), presente também nas elaborações de Gilberto Freyre (2006, 1977, 2004), Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, entre outros. Todavia,

essa mudança de sentido não eliminou os usos anteriores, tanto que o Golpe de 1964 foi chamado de revolução, até de revolução brasileira pelos seus protagonistas².

Não pretendo fazer uma análise interna sistemática do livro *Introdução à Revolução Brasileira* e suas quatro edições (1958, 1963, 1966 e 1978), comparando-as à luz da obra prévia do autor, este seria um trabalho para outra ocasião. O objetivo deste artigo é mostrar a produtividade literária e cultural, o impacto desse livro nessa historiografia, com base na edição de 1958 e na reedição de 1963, uma vez que ambas serviram de referência para aqueles que discutiram a problemática da revolução capitalista, entre os anos de 1959 e 1966, para concordar, reinterpretar, retificar ou para fundar a controvérsia em relação ao autor e ao PCB, do qual era membro. Para alcançar esse objetivo, são considerados os contextos intelectuais atinentes a essa historiografia antes e depois da publicação de Sodré (1958).

O argumento central é que Sodré (1958), em continuidade às contribuições de Gilberto Freyre (1977), Sérgio Buarque de Holanda (1936), Caio Prado Júnior, rompeu com a semântica vigente no senso comum, na cultura política e no idioma do PCB. Subverteu os usos recorrentes da categoria e contribuiu para mudar o discurso político sobre ela, fazendo emprego incomum do termo revolução brasileira, motivo pelo qual seu livro despertou reações, reapropriações e críticas. Em continuidade aqueles autores, Sodré contribuiu para a transformação do discurso político sobre a categoria tradicionalmente identificada com golpes, quarteladas, guerra civil, tomada do poder pela força. Sodré (1958) ponderou a revolução brasileira recusando o golpe de Estado e a guerra, defendendo soluções políticas. Valendo-se de uma concepção moderna da história pautada nas classes sociais, alterou o signo valorativo da categoria revolução brasileira concebida, até então, pelas linguagens políticas como catastrófica para o conjunto das forças sociais.

Sodré (1958) não passou despercebido e logo surgiram as reações. Alguns autores fizeram reapropriações como Charles Wagley (1959), Álvaro Vieira Pinto (1960a; 1960b), Theotônio dos Santos (1962), Guerreiro Ramos (1961; 1963), Celso Furtado (1962) e Pessoa de Morais (1965). Outros, porém, fundaram a controvérsia como Jamil Almansur Haddad (1961), Marcos Peri (1962), Moniz Bandeira (1962), Franklin de Oliveira (1962), Moisés Vinhas (1962) e Caio Prado Júnior (1966).

2 Como o documento oficial publicado na forma de livro *A política exterior da revolução brasileira: discursos de suas excelências os senhores Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco*, de 1966.

1. A CATEGORIA REVOLUÇÃO BRASILEIRA ANTES DE SODRÉ

Desde a fundação da república brasileira no ano de 1889 até o ano de 1968, houve aproximadamente 33 golpes, revoltas, movimentos armados e insurreições. A experiência histórica de recorrência desses fenômenos sociais na história republicana está presente nas diversas linguagens políticas deste período acerca da categoria revolução brasileira (AMARAL, 1963; IANNI, 1971; ALONSO, ESPADA, 2017). Nas linguagens em que é enunciada pelas primeiras vezes – como o positivismo, o tenentismo, o comunismo (de matriz stalinista da *III Internacional Comunista*), o integralismo –, a categoria revolução brasileira estava associada a fenômenos sociais como revoltas, golpes de Estado desferidos pelas forças armadas, quarterladas, intencionas, tomada do poder de Estado pela força. A experiência de recorrentes golpes e movimentos armados está presente na discussão da categoria revolução brasileira neste contexto intelectual (SHIOTA, 2018).

Ao longo de 1890 a 1942, a categoria revolução brasileira carregou uma semântica avançada e circulou de modo progressivo, à luz das condições de cada época histórica, apenas nos usos de Silveira (1890) e Afonso (1940), a despeito da confusão que Silveira faz entre revolução e *putsch*. Silveira (1890) empregou a categoria revolução brasileira com base em critério republicano radical. Contribuiu para identificar revolução, rebelião, insurreição, levante, *putsch*, quartelada e movimentos armados e para enaltecer o protagonismo político das forças armadas (Exército e Armada naquela época). Afonso (1942) associa a Conjuração dos Alfaiates (1798) com a primeira revolução social brasileira, com base em valores anticoloniais e igualitaristas, defendia “melhoras física, intelectual e moral do maior número” (AFONSO, 1942, p. 12).

Nos demais autores analisados (TÁVORA, 1927; SANTOS, 1931; JUNIOR, 1938; JOBIM, 1940; PAGANO, 1938; MELLO, 1938; SPALDING, 1939; AMARAL, 1963), a categoria circulou de modo conservador, prevalecendo a confusão entre política e guerra, revolução e outros fenômenos sociais que se distinguem da mesma (SZTOMPKA, 1998; KOSELLECK, 2012); manifestou moralismo, autoritarismo, reacionarismo e antipolitismo. Assim, por exemplo, Távora (1974) identifica o movimento armado de reação paulista como sendo um fenômeno social de revolução, fiel a essa tradição, defensor do protagonismo político das forças armadas e advogado da

ditadura militar como método para instituir a ordem e a disciplina. Em discurso na Assembleia Constituinte no dia 11 de agosto de 1934 dizia:

O holocausto heróico e generoso dos nossos irmãos de São Paulo, nas trincheiras da Revolução Constitucionalista – pouco importa o móvel inicial dos seus instigadores – abriu para a mocidade paulista, como por encanto, o mesmo panorama de aspirações e de angústias, de esperanças e desilusões que a nós outros, lutadores vencidos de tantos embates anteriores, nos torturaram o espírito, na proscricção, e não nos deixaram, tampouco, nos dias agitados da vitória (TÁVORA, 1974, p. 88).

Esse uso do conceito de revolução, identificada a fenômenos sociais distintos, está arraigado na cultura política do período. No conjunto dessas formulações há uma concepção tradicional da história (*Historie*), na qual as histórias são fontes de exemplos de vida, sendo o passado uma estrutura temporal exemplar, que suscita o objetivo de atuar imediatamente na realidade. Essas narrativas são relatos exemplares, pautadas em uma concepção natural do tempo que assegura a sequência e o cálculo dos eventos, assim como a sequência natural dos governantes (KOSELLECK, 2006).

Por conseguinte, a experiência histórica brasileira republicana com a recorrência de golpes de Estado, de movimentos armados, de revoltas e de insurreições contribuiu para que, no discurso político brasileiro das primeiras décadas, a categoria revolução brasileira fosse identificada pelo discurso político a fenômenos sociais distintos como: golpe de Estado promovido pelas forças armadas, quartelada, *putsch*, rebelião, insurreição, levante, motim, guerra civil, distúrbio etc. Ademais, na maioria dos autores analisados, nas primeiras três décadas do século XX, o uso da categoria não se aproxima da ideia moderna de revolução, que significa a possibilidade de criação de uma nova ordem e de um novo homem, o início de uma história, renovada (BLACKKEY, 1982). Em suma, revolução era vista como catástrofe ou épica ocorrida num episódio, numa conjuntura; para os opositores, prejudicaria o conjunto da nação e, na visão dos protagonistas, beneficiaria a todos.

2. O LIVRO INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Após ter sido usada em título de livro por Ruy Afonso (1942), a categoria revolução brasileira caiu no esquecimento nas publicações de livros e só reapareceu novamente, destacada como título de livro, com Sodré (1958). Esse apagamento da categoria pode ser explicado em virtude do contexto de crescente polarização mundial entre capitalismo e socialismo, da patrulha ideológica exercida pela polícia política, em

razão do controle dos sindicatos, da perseguição aos comunistas e da imposição da ilegalidade do PCB em 1947, durante o governo Dutra. Os livros têm uma circulação pública e a autoria implica, entre outras coisas, uma forma de controle político. O que não impediu, todavia, a categoria revolução circular de forma clandestina, como atestam os documentos do partido (CARONE, 1982).

Com o registro cassado em 1947, o PCB deu uma guinada ideológica ao extremismo de esquerda, resgatou a faceta insurrecional do partido colocada em prática em 1935, como atestam os documentos do partido daquele período até 1954 (CARONE, 1982). Nestes documentos a revolução é tratada no idioma político do marxismo-leninismo da *III Internacional Comunista* comandada por Stálin. Na adaptação desta linguagem ao contexto brasileiro, o país era interpretado como semicolonial e dominado pelo imperialismo norte-americano. Nessa visão, a economia agrária e o imperialismo impediam o desenvolvimento industrial e, assim, somente o proletariado, sob a direção do partido, com apoio das massas, poderia efetivar a “revolução democrático-burguesa”, contra o imperialismo norte-americano, os latifundiários e os grandes comerciantes exportadores. Entre 1947 e 1954, após a cassação do registro pelo Tribunal Superior Eleitoral, o PCB retoma essa orientação que surgiu no final da década de 1920 com a intervenção stalinista no partido e abandona a “coexistência pacífica”, a ideia de uma aliança entre tenentes e operários; abraça a “luta de classes sem trégua”, a estratégia de “classe contra classe” e a tática voltada para a derrubada do governo por meio do Golpe de Estado.

No caso de Sodré (1958) verifica-se uma inovação no uso da categoria revolução brasileira no idioma do PCB em consonância com a *Declaração de Março de 1958*, que consolida um processo de mudança da orientação política iniciado após o suicídio de Getúlio Vargas, e, depois de ter sido posta em prática, quatro anos mais tarde, a nova política provocou um racha no partido. Há uma nítida alteração nos signos de valor e o deslocamento da discussão de um termo ou problema do contexto linguístico em que ele vinha sendo convencionalmente discutido, porque a categoria revolução brasileira se referia a fenômenos sociais análogos, mas distintos. Em outro contexto intelectual muda e passa a ser vista por diversos intelectuais como um processo histórico de caráter geral, de média e longa duração, uma transformação geral, de diversos aspectos da vida e até da intimidade (MORAIS, 1965).

Ao desenterrar a categoria, Sodré (1958) vale-se de uma concepção moderna da história (*Geschichte*), segundo a qual a história é obra das ações humanas, um conceito

universal e coletivo. Neste modo de temporalizar a história há uma redefinição entre passado e futuro; aquele deixa de ser exemplar e este passa a ser apreendido como uma obra por se constituir. A história, nesta concepção moderna, adquire uma qualidade temporal própria, torna-se um complexo de acontecimentos, passa a ser vista como única e singular (KOSELLECK, 2006). Contribuíram para este novo modo de conceber a história as mudanças econômicas e políticas, processadas após 1930. Elas permitiram uma nova institucionalização, uma redefinição dos papéis intelectuais – com a criação de universidades que promoveram a especialização e permitiram um salto teórico nas formulações dos intelectuais –, uma emergência de novas forças sociais e de novos atores políticos, assim como de diversas mobilizações sociais (BASTOS, 1995). Com a criação das primeiras universidades no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, a atividade intelectual torna-se especializada, sistemática, institucionalizada, surge uma concepção moderna da história, para a qual os grandes heróis, o determinismo climático e racial, deixam de ser fatores explicativos.

Sodré (1958; 1963) inova ao usar a categoria revolução brasileira, porque dista do moralismo, do apoliticismo ou da confusão entre política e guerra vigentes no discurso político sobre a categoria revolução brasileira no contexto intelectual que o antecede. Pondera a dialética do nacional e internacional, das classes sociais, bem como aponta quais eram os entraves econômicos e políticos a serem rompidos - para que a revolução burguesa produzisse soberania nacional e democracia contra a dependência do capital estrangeiro - e quais eram os agentes políticos do processo.

A primeira edição do livro, no qual há o resgate da categoria, ocorre em um contexto de enunciação em que a revolução capitalista se processava mediante a internacionalização da indústria brasileira, após a promulgação da *Instrução 113 da Sumoc*, durante o governo Café Filho, da qual se valeu o governo de Juscelino Kubitschek para aprofundar a política de industrialização apoiada na abertura econômica para o capital estrangeiro. É importante recordar que Kubitschek deu maior liberdade de circulação às ideias dos comunistas ao amenizar a perseguição política.

O livro reuniu textos escritos entre 1954-1956 que versavam sobre temas como: evolução social, evolução da economia, evolução da cultura, evolução racial e evolução militar do país. Na segunda edição, Sodré (1963) inclui dois novos capítulos. Um a respeito da evolução política, no qual analisa as raízes históricas do nacionalismo brasileiro. Outro sobre a evolução popular, cujo título é “Quem é o povo no Brasil?”. O

capítulo sobre evolução militar foi retirado e deu origem ao livro *História militar do Brasil*, publicado no ano de 1965.

Sodré (1958; 1963) se destaca por fazer uso processual da categoria revolução brasileira e não a tomar como um evento épico ou catastrófico que ocorre em determinada conjuntura. Nesse ponto foi antecedido por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, os quais, a despeito de critérios distintos de valor, conceberam a revolução como um processo histórico geral de média e longa duração. Desse modo, Sodré (1958; 1963) reconstrói a formação histórica do país desde o século XVI até aquela atualidade e propõe a seguinte periodização: Independência, República e revolução brasileira, que revela os germens da possibilidade de construção de um capitalismo com democracia, autonomia e soberania nacional.

Sodré (1958; 1963) qualifica a revolução brasileira como um processo tardio de revolução burguesa e, por conseguinte, distinto das revoluções ocorridas na Europa nos séculos XVII a XIX. Como sintetiza Segatto:

No Brasil, o processo de revolução desenrolava-se numa situação específica: a de um país dependente e durante a fase imperialista do capitalismo – um processo limitado pela situação de dependência e submetido a relações de dominação política e exploração econômica imperialistas. Uma realidade na qual o imperialismo e seus agentes internos (latifundiário e a burguesia comercial e usurária, principal sustentáculo do latifúndio e das relações semifeudais no campo) entravavam o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, dificultando a expansão do mercado interno e da indústria nacional, pela apropriação do excedente produzido na agricultura e pela desestabilização do País por meio da remessa de lucros para o exterior (SEGATTO, 2008, p. 221).

A revolução brasileira se inicia em 1930, quando surgiram as bases para a civilizar o capitalismo no país. Para alcançar este objetivo, era necessário eliminar as contradições que serviam de obstáculo: de um lado, a contradição entre economia nacional e imperialismo e, de outro lado, a contradição entre as forças produtivas e o latifúndio que as impediam de serem desenvolvidas.

A revolução brasileira seria nacional e democrática, mas ao invés da tomada do poder pelas armas, essas contradições implicariam a manutenção e a ampliação do regime democrático. Além disso, Sodré propõe a formação de uma frente única, nacional, democrática, cujo agente seria o povo brasileiro, que abrangia a burguesia nacional e a pequena burguesia ligada aos interesses emancipatórios, o campesinato, os operários (semiproletarizados e proletarizados) e os estudantes. Muito embora houvesse uma

contradição de classe social no interior dessa frente, o nacionalismo e o desejo de existir como nação a minimizaria em face dos interesses dos agentes da contrarrevolução: latifundiários e elementos da alta burguesia mercantil e usurária.

Desse modo, Sodré resgata a categoria para assinalar a necessidade de uma transformação substantiva em relação ao passado colonial. Usa-a para legitimar a necessidade de suplantarmos o que há de negativo no quadro brasileiro ao longo de séculos: entraves que se antepõem ao desenvolvimento de um capitalismo nacional como formas de exploração e opressão pretéritas pautadas na extração de mais-valia absoluta. Sodré (1958; 1963) demonstra a existência de fundamentos econômicos e de um processo de diferenciação das classes sociais que facultavam a realização do processo de revolução brasileira, vista como transição de uma sociedade patriarcal e semifeudal para uma sociedade burguesa com soberania nacional, democracia e desenvolvimento econômico nacionalista.

Reivindicava um “movimento sociopolítico que levaria à inversão do processo da revolução burguesa de bases autoritárias, conservadora, excludente, não democrática, sem a participação do povo e, principalmente, do proletariado” (SEGATTO, 2008, p. 221). Nesse sentido, Sodré estava do lado oposto da grande linha divisória da política brasileira contemporânea: “a receptividade do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil” (HALLEWELL, 1985, p. 482). Evidente que não era solitário nessa batalha contra as forças beneficiárias dessa política.

Sodré, desse modo, subverteu o uso vigente da categoria revolução brasileira no discurso político, inclusive no idioma político vigente no PCB entre 1947-1954. No discurso político, conforme a aceção comum, revolução estava dissociada da reforma, era confundida com fenômenos sociais análogos, porém distintos. Na linguagem do PCB reproduzia-se o discurso político, a despeito de ter uma clivagem classista, a revolução era uma épica, um evento promovido pela guerra de “classe contra classe”, pela crise geral do capitalismo que conduziria ao derradeiro golpe de Estado.

Em vez disso, Sodré (1958; 1963) retoma o pensamento de Marx e Engels, assim como dos fundadores do PCB Astrogildo Pereira e Octávio Brandão, contra a orientação política vigente no partido após a intervenção de Stálin no final da década de XX, que reaparece após o partido comunista ter o registro eleitoral e os seus políticos eleitos em 1946 cassados; orientação que prevaleceu entre 1947 a 1954. Sodré (1958; 1963) defende a supressão do latifúndio – com a partilha e distribuição da terra para os que nela

trabalham –, a eliminação do imperialismo da economia brasileira, fins que já circulavam no idioma político do PCB.

A inovação, todavia, ocorre nos meios necessários para alcançar esses fins e no diagnóstico que os justificam, embasado numa interpretação da história brasileira. Não se trata mais da defesa de uma ação confrontista da “classe contra classe” e, no limite, a defesa da guerra no lugar da política, mas a proposta de uma frente nacional e democrática que abrangeria interesses comuns das diferentes classes sociais. Um encaminhamento da solução dos problemas brasileiros através da política: da ampliação do regime democrático, da participação dos analfabetos nos pleitos eleitorais³, da presença deliberativa do povo nos processos políticos, da exploração das riquezas do país mediante o critério nacionalista e da atuação de um Estado que devia ser refundado ante sua orientação econômica liberal, subordinada ao latifúndio e ao imperialismo, e sua política excludente.

Em Sodré (1958; 1963) a categoria se articula com a reforma e envolve um processo de média e longa duração. Revolução implicaria a exploração pelo Estado das riquezas brasileiras, reforma agrária com a partilha da propriedade da terra e políticas de controle do imperialismo. Revolução afetaria a minoria privilegiada e a maioria popular seria beneficiada nesse processo de transformação. Revolução passa a ser dimensionada no âmbito das classes sociais e deixa de ser um evento catastrófico para o conjunto da população, tornando-se um processo político conflituoso, que requer a mediação da política e não a incursão na guerra.

3. REAÇÕES, REINTERPRETAÇÕES, REAPROPRIAÇÕES E CRÍTICAS

O livro de Sodré (1958) fez sucesso editorial e teve uma grande produtividade literária e cultural no final da década de 1950 e meados da década de 1960, pois despertou um conjunto de reações, de reapropriações e de críticas. Após seu lançamento diversos intelectuais publicaram, apesar dos diferentes propósitos e critérios, livros que continham no título a categoria revolução brasileira e que reagiram ao que fora dito pelo autor.

Reinterpretações, reapropriações foram feitas por Charles Wagley (1959), Álvaro Vieira Pinto (1960a; 1960b), Theotonio dos Santos (1962), Guerreiro Ramos (1961; 1963), Celso Furtado (1962) e Pessoa de Moraes (1965). Não me interessa, para o

3 A Constituição de 1946 manteve a proibição do direito de voto ao analfabeto. Neste momento mais da metade da população brasileira era analfabeta. Dizia Sodré (1962, p.52) “em 1958, em cada dois brasileiros maiores, um era privado de votar, em 1962, em cada três brasileiros maiores, dois são privados de votar”. Apenas em 1985 a legislação permitiu o direito de voto ao analfabeto.

argumento defendido, aprofundar essas obras⁴, mas tão somente apontar a intertextualidade delas com Sodré (1958; 1963).

Charles Wagley (1959) apesar de usar outros critérios, concorda com Sodré (1958), ao afirmar que a revolução brasileira se iniciou em 1930 enquanto transformação industrial da economia que tendia a ser um processo global de mudança. Sustenta que essa revolução consiste em uma série de transformações entrelaçadas na sociedade brasileira que, de essencialmente “agrária, semifeudal e patriarcal, encontrava-se em processo de mudança para uma sociedade industrial, moderna, capitalista, orientada para a cidade” (WAGLEY, 1959, p. 14-15).

Entretanto, o norte-americano diferencia-se de Sodré em razão de pensar os efeitos deste processo no tocante aos “sistemas de valores e aspirações, critérios de atribuição de *status* e de aquisição de prestígio, orientação e sentidos da existência, padrões de relações na família, no trabalho, na política, na economia” (WAGLEY, 1959, p.7). Em chave disjuntiva, ao opor o Brasil tradicional⁵ com o Brasil moderno⁶, o antropólogo acreditava na fatalidade daquele ser suplantado por esse pelo processo da revolução brasileira. Ao invés disso, Sodré (1963) cogitava a possibilidade da contrarrevolução⁷. Ademais, enquanto Sodré dialogava com as forças de esquerda daquela atualidade, Wagley dirigia-se aos investidores norte-americanos para “orientar a política dos Estados Unidos – ou de qualquer outra nação, não importa no caso – em relação ao Brasil” (WAGLEY, 1959, p. 15).

Álvaro Vieira Pinto (1960a; 1960b) também se apropria do livro de Sodré (1958). Concorda em termos da defesa de um nacionalismo de esquerda, da reforma agrária radical, do anti-imperialismo, da defesa da expansão do regime democrático e da solução nacionalista para os problemas brasileiros. Porém, Vieira Pinto (1960a; 1960b) estava mais influenciado pelo idioma cevalino e pelo conceito furtadiano de subdesenvolvimento, não presentes nos escritos de Sodré. Nesta reapropriação da categoria revolução brasileira, o filósofo isebiano também se diferencia de Sodré (1958) ao postular a necessidade de uma consciência crítica das massas para orientar o processo

4 Em relação a isso, Ver: Shiota (2018)

5 Caracterizado pela existência de: privilégios, paternalismo, relações de dependência pessoal e familiar, personalismo, velhos valores luso-brasileiros. Relações típicas de um país relativamente pobre e não integrado pelo mercado.

6 No sentido de uma sociedade regida pelo contrato, no plano formal igualitária, e pelo modo de vida burguês inerente a uma sociedade industrializada.

7 Ver Shiota (2017b)

de transformação e ao defender o protagonismo das massas contra o agenciamento da “burguesia nacional” ou burguesia vinculada aos interesses nacionais.

Nesta mesma linha, em torno dos agentes da revolução brasileira, Theotonio dos Santos (1962), logo após Sodré publicar *Quem é o povo no Brasil?*, incorporado como capítulo da segunda edição de *Introdução à revolução brasileira*, escreve *Quais são os inimigos do povo?* Neste livro, Santos (1962) compartilha a tese que atribui ao imperialismo norte-americano e aos latifundiários as principais contradições da sociedade brasileira, defendida por Sodré (1958). Porém, acrescenta como inimigos os açambarcadores e especuladores, os banqueiros e financistas, a burguesia industrial, os meios de comunicação, a intelectualidade a serviço da classe dominante e os traidores no seio do povo. Enquanto, para Sodré (1962; 1963), o povo também era composto pela burguesia nacional e pela pequena burguesia nacionalista, conforme Santos (1962) os agentes da transformação eram os trabalhadores urbanos e rurais. “Os latifundiários, os grandes comerciantes, os grandes banqueiros e industriais têm interesses ligados aos grupos internacionais, dos quais são aliados” (SANTOS, 1962, p. 27). Santos partilhava também do idioma dos trotskistas brasileiros, para os quais o Brasil, naquela conjuntura, era plenamente capitalista e as forças de esquerda deviam lutar pela revolução socialista. Contra a tese do protagonismo da burguesia nacional, Santos advertia:

[...] na sua maioria, os grandes industriais se incorporarão definitivamente aos inimigos do povo, porque também o são embora tendo podido disfarçar-se no passado, quando tinham a propor à nação um desenvolvimento que, apesar de todos os defeitos, levou adiante o país (SANTOS, 1962, p. 102).

Diante do próprio imobilismo, a burguesia industrial estaria incapacitada de propor soluções para a crise do capitalismo nacional. Por natureza, seria uma força social retrógrada, na medida em que não renuncia ao direito a propriedade privada dos meios de produção, advertia Santos (1962).

Celso Furtado (1962) também via a revolução brasileira como um processo iniciado em 1930. Porém, de modo distinto de Sodré (1958; 1963), sem criticar o latifúndio e o imperialismo, por uma questão teórica e por ser ministro de Goulart naquela atualidade, Furtado (1962) valendo-se de seu conceito de subdesenvolvimento, defendia a intervenção do Estado na economia e uma “autêntica política de industrialização” com fomento da atividade empresarial pelo Estado e liberdades democráticas. Para Furtado (1961), o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela

qual passaram as economias desenvolvidas. A peculiaridade do subdesenvolvimento é a existência de estruturas híbridas ou dualistas, excesso de mão de obra desqualificada, dependência financeira e tecnológica etc.

Em virtude desta condição histórica subdesenvolvida, a revolução brasileira se daria por meio da “internalização dos principais centros de decisão” da economia. Isto é, a conquista dos mecanismos que permitem a elaboração de uma política econômica independente, na qual as decisões básicas da economia são tomadas sem subordinação aos interesses externos do comércio, das finanças e de grupos concorrentes no mercado mundial. Em razão dos efeitos impensados das ações econômicas, pela primeira vez na história, a sociedade brasileira tinha criado possibilidades objetivas de “tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país” (FURTADO, 1962, p. 10). Por conseguinte, restaria a opção pelo subdesenvolvimento ou pelo desenvolvimento capitalista independente e com democracia por parte das “elites dirigentes”.

Guerreiro Ramos (1961) também concorda com Sodré (1958) que o processo da revolução brasileira teria iniciado em 1930 e que o latifúndio e o imperialismo eram questões centrais a serem resolvidas pela revolução brasileira (RAMOS, 1963). Ao deixar o ISEB em 1958, Guerreiro Ramos torna-se crítico do desenvolvimentismo, do agenciamento da burguesia industrial e passa a defender um socialismo democrático como ferrenho crítico do stalinismo. Para Ramos (1961; 1963) a revolução brasileira e os problemas brasileiros eram de natureza política, mas diferente de Sodré (1958; 1963) pois não via a política articulada com a economia em termos marxianos. Sem uma alteração do pacto de poder, não seriam possíveis as reformas de base. Em razão desta crença, o sociólogo baiano critica a política brasileira tradicional e defende uma reforma política democrática, capaz de dar maior representatividade aos partidos políticos. Segundo ele, a revolução brasileira tinha condições objetivas para acontecer, porém, faltavam as condições subjetivas, isto é, uma vontade organizada e nacionalmente unificada.

Pessoa de Moraes (1965) também, tal como esses autores citados, pensa a revolução como processo histórico estrutural de média duração, cujo clímax deu-se após 1930 com o aprofundamento da industrialização brasileira, que provocou a ascensão vertiginosa das massas. Moraes (1965) concorda que a revolução brasileira adquire ímpeto na década de 1930, também faz a crítica ao latifúndio e ao imperialismo, sem defender soluções golpistas ou que rompessem com a ordem democrática. Todavia, aproxima-se de Holanda (1973) ao usar como critério para pensar a categoria revolução brasileira a necessidade de suplantarem o patriarcalismo enaltecido por Freyre. Distingue-se por focar a

análise em termos de uma sociogênese e psicogênese capaz de revelar as transformações, no plano da intimidade, que a revolução capitalista provocava, sempre se conciliando com a tradição patriarcal.

Deste modo, esse conjunto de autores reagiu à publicação de Sodré (1958), concordaram com alguns pontos, problematizaram outros e retificaram algumas teses, complementando as ideias com outras teses não contempladas pela perspectiva teórica de Sodré. A seu modo, cada qual fez uma reapropriação da categoria revolução brasileira, desenterrada por Sodré (1958), aceitando alguns argumentos e questionando outros.

As críticas mais contundentes à perspectiva de Sodré (1958; 1963) acerca da categoria revolução brasileira não tardaram a surgir. Elas foram tecidas por Jamil Amansur Haddad (1961), Marcos Peri (1962), Moniz Bandeira (1962), Franklin de Oliveira (1962), Moisés Vinhas (1962) e Caio Prado Júnior (1966). Ocorrem, sobretudo, após a Revolução Cubana se declarar, no início da década de 1960, marxista-leninista e se aproximar da antiga URSS.

O livro de Jamil Amansur Haddad (1961) é um dos primeiros a estabelecer uma aproximação entre a revolução brasileira e a revolução cubana e, por conseguinte, a recusar a perspectiva de Sodré (1958) e daqueles que se reapropriaram da categoria e defendiam a revolução brasileira nos marcos do regime democrático. O livro é um relato de viagem que apresenta um conjunto de reportagens, nas quais enaltece e defende os feitos dos revolucionários de Sierra Maestra como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Incorpora o idioma dos guerrilheiros cubanos e concebe a revolução como luta armada.

Também Marcos Peri (1962) segue a mesma linha de Haddad (1961). Ao exprimir o pensamento dos dissidentes stalinistas do PCB, que recusaram a nova política do partido, de 1958, defensora de soluções positivas para os problemas brasileiros, o livro defende a luta armada e constituição de múltiplos focos guerrilheiros para fazer a revolução brasileira socialista. Contrário à revolução democrático burguesa, às linguagens nacionalistas e desenvolvimentistas, Peri (1962) afirma que não há revolução sem reação e guerra, fazendo-se necessária a “violência revolucionária”, que não significa o uso indiscriminado da força. Essa revolução consistiria na tomada do poder de Estado da burguesia, que detinha o poder econômico no campo, nas cidades e estava entrosada com o imperialismo monopolista e a grande finança internacional.

Moniz Bandeira (1962) também defendia a perspectiva socialista para a revolução brasileira, contra as ideias de Sodré (1958), contra a linha defendida pelos membros do PCB e do ISEB, contra os idiomas cepalino, nacionalistas e da *III*

Internacional Comunista. Para ele, a revolução brasileira aconteceria mediante uma “insurreição defensiva”, que consistiria em um contragolpe a ser desferido após a esperada tentativa de golpe da burguesia. Operários e camponeses protagonizariam essa luta tanto pela via legal e parlamentar quanto pela via da “insurreição defensiva”, se preparados por uma vanguarda. A revolução é vista como o ápice de um conflito que exigiria o emprego das armas.

Franklin de Oliveira (1962) a despeito de defender um caminho socialista para a revolução brasileira, contra as ideias de Sodré (1958), que falava em revolução burguesa, acreditava na via pacífica, mediante aceitação e o aprofundamento do regime democrático, ponto no qual converge com Sodré (1958). Segundo Oliveira (1962) a revolução brasileira é a “promessa de vida melhor” para a maioria dos brasileiros, a efetivação da “liberdade de viver”, primeira condição das liberdades democráticas, por meio de um processo de transformação socialista, que envolve a tomada do poder de Estado, de modo pacífico, pelos trabalhadores aliados aos estudantes e a classe média e transformação radical das estruturas sociais, de modo a derrocar os fundamentos materiais do poder das classes dominantes. Crítico do nacionalismo, recusava conceber uma frente com a participação da burguesia nacional e as reformas de base. Para ele “as revoluções democrático-nacionais já não podem mais ser revoluções burguesas. Só podem ser, agora, revoluções socialistas” (OLIVEIRA, 1962, p. 81). Tal como Bandeira (1962) e Santos (1962) também enuncia no âmbito da linguagem trotskista.

Membro do PCB, Moisés Vinhas (1963) defendia um caminho pacífico e socialista para a revolução brasileira, contra a tese de Sodré (1958) da frente nacional, democrática e de um caminho democrático burguês. Como um quadro do PCB, questiona a orientação do partido de buscar uma aliança com a burguesia nacional. Argumenta que a burguesia industrial havia diversificado os negócios e se associado com o imperialismo, conciliando-se com o capital estrangeiro. O critério adotado por Moisés Vinhas (1963) para pensar o conceito de revolução brasileira consiste na substituição de classes na direção da sociedade e do Estado através do protagonismo fundamental das massas operárias e camponesas na frente única e na luta pelo socialismo pela via institucional. Ele questiona a orientação política do PCB e a ênfase dada pelo partido à burguesia nacional e à pequena burguesia citadina na frente única como uma perda de tempo e desgaste de energias.

Caio Prado Júnior (1966), já em outro contexto de enunciação, após o Golpe de 1964, usa o idioma do materialismo histórico de forma muito particular para fazer um

duro questionamento da linha política adotada pelo seu partido, o PCB e, por conseguinte, as ideias de Sodré (1958; 1963). Com base na interpretação que tece da formação social brasileira, este autor questiona as teses defendidas pela direção do partido sobre o imperialismo e acerca do feudalismo na economia brasileira, assim como discorda que o processo tenha começado em 1930, concordando com Holanda (1936) que remonta à transferência da família real para explicá-lo.

Ao negar a existência do feudalismo na história do Brasil e mostrar que o imperialismo desde quando surge atua na economia brasileira, Caio Prado Júnior (1966) enaltece a esfera da circulação, do mercado e defende que o Brasil, através da grande empresa, sempre esteve interligado à expansão europeia mercantil, de modo a fornecer produtos à metrópole (como pau-brasil, açúcar e tabaco, ouro e diamantes, algodão, borracha e café). A colonização brasileira teve feição exploratório e se estruturou a partir de unidades produtoras, grandes empresas autossustentadas que se assentavam no tripé latifúndio monocultor, escravidão e produção de bens primários para exportação. Por tal motivo, defende que o PCB errou ao lutar pela reforma agrária radical, pois não havia camponeses na economia brasileira e a aspiração dos trabalhadores rurais, fator de mobilização, seria a extensão da legislação trabalhista ao campo. Ademais, ao enaltecer a condição colonial, concebia a luta não contra o imperialismo internalizado na economia brasileira, mas pela descolonização e criação de uma sociedade voltada para atender às necessidades básicas da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro de Sodré (1958; 1963), conforme visto, teve uma grande produtividade literária e cultural, provocou um interessante debate, no qual não estava em pauta apenas a racionalidade das teorias e interpretações, mas a necessidade de transformação radical do país. Ele reabilitou a categoria revolução brasileira, conferindo um novo uso, um novo sentido completamente distinto daquele no qual fora empregada pelo senso comum, sobretudo, em razão de ter uma compreensão sistemática da sociedade brasileira, que esteve ausente nas formulações sobre essa categoria nas primeiras três décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Ruy. **A primeira revolução social brasileira (1798)**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- ALONSO, Angela; ESPADA, Heloisa (Orgs.). **Conflitos**. Fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2017.
- AMARAL, Ignacio. Manuel de Azevedo. **Ensaio sobre a revolução brasileira: 1931-1934** (contribuição para o estudo dos problemas da brasilidade) Rio de Janeiro, 1963.
- BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.
- BASTOS, Élide Rugai. Gilberto Freyre e as ciências sociais no Brasil. **Estudos de Sociologia**, I, (I), 1995, 63-72.
- BLACKKEY, Robert. **Revolutions and revolutionists: a comprehensive guide to the literature**. EUA:ABC-CLIO, 1982.
- CARONE, Edgar. **O PCB**. Volume II. 1946-1964. São Paulo: Difel, 1982.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5ª. ed. Rio de Janeiro Livraria José Olympio Editora, 1977. I e II Vol.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- _____. **Raízes do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- HADDAD, Jamil Amansur. **Revolução cubana e revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

- JOBIM, Danton. **A experiência Roosevelt e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- JUNIOR, Diniz. **Uma etapa da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Dnp, 1938.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2006.
- _____. **Historias de conceptos**. Estúdios sobre la semántica y pragmática del lenguaje político y social: Madrid, 2012.
- MELLO, Custódio José. **O Governo Provisório e a Revolução de 1893**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MORAIS, Pessoa. **Sociologia da revolução brasileira: análise e interpretação do Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- WAGLEY, Charles. **A revolução brasileira**. Uma análise da mudança social desde 1930. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- PAGANO, Sebastião. **O conde dos arcos e a revolução de 1817**. São Paulo: Nacional, 1938.
- PERI, Marcos. **Perspectivas da revolução brasileira**. São Paulo : Autores Reunidos, 1962.
- PRADO-JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- _____. **Mito e verdade sobre a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- SANTOS, Amilcar Salgado dos. **A revolução brasileira na Amazônia: notas para a história da Amazônia**. São Paulo: [s.n.], 1931.
- SANTOS Jr., Theotônio. **Quais são os inimigos do povo?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SEGATTO, José Antônio. Introdução à revolução brasileira. SILVA, Marcos. **Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodr e**. Rio de Janeiro: Editora URFRJ, 2008

SILVEIRA, Urias Antônio da. **Galeria histórica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889:** que ocasionou a fundação da República dos Estados-Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert, 1890.

SHIOTA, Ricardo Ramos. **Brasil:** terra da contrarrevolução. Revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico. Curitiba: Appris, 2018.

_____. Gilberto Freyre e a revolução brasileira. **REBELA**, v.7, n.3. set/dez. 2017a. p. 453-471.

_____. Vaticínios sobre o Golpe de 1964 no pensamento político e social brasileiro. **Em Tese**. V.14, n.1, jan/jun, 2017b. p. 99-120.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

_____. **Quem é o povo no Brasil?**, Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **Introdução à revolução brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo; Rio de Janeiro: Nacional, 1939.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**: Rio de Janeiro, 1998.

TÁVORA, Juarez. **Á guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924** – 1 vol. São Paulo: O combate, 1927.

_____. **Uma vida e muitas lutas**. A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

VIEIRA-PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**. A consciência ingênua. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960a.

_____. **Consciência e realidade nacional**. A consciência crítica. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960b.

VINHAS, Moisés. **Operários e camponeses na revolução brasileira**. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

<p>Artigo recebido em: 29/05/2021. Aprovado em: 25/06/2021.</p>
